

Salvar o Real virou o maior desafio de FHC

Onze meses antes das eleições, o presidente Fernando Henrique Cardoso está passando pelo teste mais difícil - e menos desejado por ele - em sua campanha para renovar o mandato. A crise mundial das bolsas de valores ameaça o real e o Presidente percebeu, antes mesmo de seus auxiliares e da oposição, que é preciso defender com unhas e dentes a estabilidade da moeda, mesmo com medidas impopulares. "Temos de pensar no Brasil, não na reeleição", disse Fernando Henrique sexta-feira aum de seus ministros.

O Presidente tem bem clara a noção de que seu futuro político está vinculado à origem, o Plano Real. Mais do que isso: além de defender a moeda, ele precisa mostrar ao País e à chamada comunidade financeira que está trabalhando pela estabilidade e pelo ajuste do Estado. "Precisamos dar visibilidade ao nosso esforço de reformar e ajustar o País, para manter o clima de confiança mesmo com dificuldades", afirmou, quinta-feira, num encontro com dois líderes tucanos, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e o senador José Arruda (PSDB-DF).

Risco - Terça-feira, essa visibilidade deve ser demonstrada numa reunião com todos os líderes governistas. Ele espera marcar a data como uma retomada do processo de reformas no Congresso, algo que acertou com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e outros políticos de peso, como o senador José Sarney (PMDB-AP). Fernando Henrique sabe que poderá ter de tomar outras medidas impopulares, além do aumento nas taxas de juros, mas vai correr o risco. "No momento, ele só pensa em salvar o real", resumiu um assessor.

As oposições demoraram um pouco mais para perceber as mudanças que a crise provocou no cenário eleitoral. Os mais radicais, como o deputado Lindberg Farias (PSTU-RJ), só foram à tribuna na quinta-feira, quando as bolsas já davam sinais de acomodação, para criticar as medidas do Governo, apostando uma reversão na sua curva de popularidade. Os mais sensatos, como o líder do PT, José Machado (SP), preferiram defender-se da acusação de que emperaram as reformas: "Somos apenas um quinto do Congresso, quem impede as votações é o fisiologismo das bancadas governistas", afirmou.

Se o risco do Governo é um desastre na economia, o da oposição é aparecer diante da opinião pública torcendo pelo pior. "A situação é gravíssima, mas não serei o urubu da esquerda", disse a deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), ao avaliar o quadro para seus colegas de bancada. O PMDB rebelde chegou a esboçar um manifesto "em defesa do real", embalado de patriotismo. Consulta daqui, consulta dali, o manifesto foi engavetado na tarde de sexta: mesmo os mais governistas do PMDB não querem comprometer-se com um aval político a um programa de austeridade que pode render mais insatisfação do que votos.

Governadores - Mas não é só Fernando Henrique que está preocupado com os últimos acontecimentos na economia. Os efeitos da crise do sistema financeiro podem dificultar também o caminho dos governadores para a reeleição. Sem os benefícios que a reforma administrativa e da Previdência poderiam assegurar e com a capacidade de endividamento e de aumento da arrecadação estagnados, os Estados viam na privatização de seus ativos e na partilha de verbas federais os meios de garantir recursos para obras fundamentais em ano eleitoral.

Esses planos, no entanto, estão ameaçados pelas consequências - ainda não mensuradas - da instabilidade das bolsas na economia do País. A imediata saída, na semana passada, de R\$ 4,7 bilhões de capital estrangeiro foi o primeiro sinal do risco: para executar seu programa de desestatização, os Estados, bem como o Palácio do Planalto, dependem, em boa parte, do capital externo. Empenhado em rebater avaliações pessimistas sobre o alcance da crise, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, terminou a semana recomendando aos Estados que façam o mesmo que o Governo. "Não mudaremos nosso calendário de privatização", avisou.